



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009248-53.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Diego Leandro Mazza**
Requerido: **Lenovo Tecnologia (Brasil) Limitada**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um computador portátil fabricado pela ré, o qual ainda no prazo de garantia apresentou vício de fabricação.

Alegou ainda que manteve diversos contatos com a ré, a qual acenou com a possibilidade de substituição do produto e com a devolução do valor pago, mas nenhuma dessas providências foi tomada.

Almeja à rescisão do contrato e à devolução do montante que despendeu para a aquisição.

A ré não impugnou os fatos articulados pelo autor relativamente ao vício do produto em apreço, limitando-se a asseverar que está empenhada em resolver a pendência, tanto que ofertou a restituição do valor pago em vinte dias.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida, cumprindo registrar que a pronta decisão da causa importará solução mais rápida do que a intimação do autor para pronunciar-se sobre a proposta de fl. 26.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.500,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2013 (época da compra do produto), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de vinte dias para reaver o produto que se encontra com o autor; decorrido esse prazo in albis, poderá o autor dar a destinação ao bem que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**